O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA E A DISPUTA TERRITORIAL NO CAMPO BRASILEIRO

Heloisa Vitória de Castro

Professora na Unidade Acadêmica Especial de Educação da Universidade Federal de Catalão. Doutoranda no Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: heloisavcp@hotmail.com

Marcelo Cervo Chelotti

Professor Associado, docente nos cursos de Graduação (Bacharelado e Licenciatura) e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (MG)

E-mail: mcervochelotti@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta a síntese do processo de modernização tecnológica na agricultura brasileira no período de 1970 aos anos 2000. Como suporte para esta análise serão apresentadas ideias de autores que discutem a questão agrária, o território e a agricultura. Como ponto de partida apresentamos como a expansão da economia mundial pós II Guerra Mundial contribuiu para o aumento nos investimentos nas atividades produtivas da agropecuária, impulsionando a modernização da agricultura e mudanças na base técnica da produção agrícola. Para compreender a dinâmica desse processo no recorte temporal proposto, este texto apresenta a partir da análise teórica, o papel do Estado no campo brasileiro, as influências de capital interno e externo na dinâmica das atividades agrárias e a luta pela terra, ambos buscando o protagonismo nessa disputa territorial.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Território. Luta pela terra

THE PROCESS OF TECHNOLOGICAL MODERNIZATION IN AGRICULTURE AND TERRITORIAL DISPUTE IN THE BRAZILIAN FIELD

Abstract

This paper presents a synthesis of the process of technological modernization in Brazilian agriculture from the 1970s to the 2000s. Support for this analysis will be presented by authors who discuss the agrarian question, the territory and agriculture. As a starting point, we show how the expansion of the world economy after World War II contributed to the increase in investments in productive activities of agriculture, boosting the modernization of agriculture and changes in the technical basis of agricultural production. In order to understand the dynamics of this process in the proposed temporal cut, this text presents, from the theoretical analysis, the role of the State in the Brazilian field, the influences of internal and external capital on the dynamics of agrarian activities and the struggle for land, both seeking protagonism in this territorial dispute.

Keywords: Modernization of agriculture. Territory. Fight for land

Introdução

Ao final da II Guerra Mundial a economia mundial se expandiu consideravelmente. Houve investimentos de todas as ordens, principalmente em atividades produtivas, agregando o conhecimento científico também aos processos produtivos da agropecuária. No que tange a modernização da agricultura, houve mudanças na base técnica da produção agrícola, com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de fertilizantes, defensivos e mudanças de ferramentas e culturas. (KAGEYAMA et al, 1997). No processo de modernização da agricultura, também é importante considerar que se estabeleceu uma nova divisão do trabalho na família. Kageyama et al (1997) considera que tanto essa nova divisão do trabalho, como a mecanização e a internalização dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, foram saltos qualitativos no processo de produção. “[...] é a partir dessas três transformações que ocorrem nos anos 60, que o processo de modernização da agricultura brasileira se torna irreversível, inicializando-se assim a industrialização da agricultura.” (KAGEYAMA et al, 1997, p.115).

Para Delgado (2012), em 1970 houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura, com o aumento da frota de tratores, paralelo a implantação do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura. Neste período o processo de modernização se expande, alcançando a industrialização da agricultura. Este processo para Kageyama et al. (1997), não se resumia ao uso de insumos industriais, apesar deste ser um dos componentes. Isso se dá devido a industrialização do campo ser um momento específico do processo de modernização “[...] a reunificação agricultura-industria num patamar mais elevado do que o de simples consumo de bens industriais pela agricultura.” (KAGEYAMA et al, 1997, p.122).

Em contrapartida a uma ideia de desenvolvimento, Graziano Silva (1981) afirma que “a estrutura agrária continuou concentrada (e até mesmo o grau de concentração aumentou a partir dos anos sessenta), mas houve uma transformação interna - ao nível das relações de produção que permitiu a agricultura responder às necessidades da industrialização.” Para o autor a dinâmica de recriação/destruição da pequena propriedade causado pelo avanço da fronteira agrícola e industrialização do campo nas décadas de sessenta e setenta engoliu as pequenas propriedades que não atendiam o perfil de industrialização.

Em Medeiros (2003) podemos visualizar como o processo de modernização da agricultura além de desfavorecer a pequena propriedade como apontado por Graziano Silva (1981) vai também influenciar a Reforma Agrária no Brasil. Para a autora,

[...] o rearranjo de forças políticas que se seguiu ao golpe, a possibilidade de uma reforma agrária com base na desapropriação foi posta de lado, em favor de um modelo fundado no apoio à modernização tecnológica das grandes propriedades, com incentivos fiscais e crédito farto e barato. (MEDEIROS, 2003, p. 25).

Neste contexto é possível visualizar do ponto de vista técnico-produtivo uma agricultura capitalista configurada, estando longe dos padrões de equidade que caracterizam as experiências de alguns países (DELGADO, 2012). Esse perfil apresentado por essa agricultura capitalista realizou uma profunda mudança no campo, considerando que o crescimento do uso da tecnologia, insumos e qualificação da assistência técnica alteraram profundamente a base produtiva da agricultura. Consequentemente a industrialização da agricultura e sua subordinação à indústria, causou também uma subordinação da natureza ao capital.

O papel do Estado na modernização do campo brasileiro

Após o início da década de 1970 é possível notar uma intervenção maior do Estado no campo, apresentando um papel mais regulador, no que tange a fiscalização, preços, estocagem, venda, dentre outros. Para Kageyama et al (1997, p. 124)

Além do novo caráter da propriedade fundiária quando o capital financeiro penetra no setor agropecuário, também o Estado passa a desempenhar novos papéis nesse novo padrão de desenvolvimento agrícola, que podem ser sintetizados na ideia de uma regulação estatal visando a financiar, patrocinar e administrar as expectativas e a captura das margens de lucro.

A intervenção do Estado no campo brasileiro viabilizaria o complexo agroindustrial instituído no país, refletindo no crescimento da agricultura brasileira, gerando um crescimento considerável entre 1950 e 1970, tendo uma queda em 1980 devido a crise no setor. Kageyama et al. (1997) considera que apesar do intenso crescimento e os movimentos de modernização e industrialização da agricultura nas últimas décadas, não houve homogeneização das formas de produzir na agricultura e nem a integração intersetorial completa em todos os tipos de atividades “[...] ao contrário, a agricultura ainda comporta amplos segmentos tecnicamente atrasados e dominados pelo capital comercial” (KAGEYAMA et al, p. 185)

Após a década de 1960 se deu início a formação do Complexo Agroindustrial. A Agricultura e a Indústria se aproximaram ainda mais, principalmente após da década de 1970, criando uma relação de interdependência entre as duas. Esta relação foi fortalecida com a integração dos capitais realizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

A indústria que processava a produção da agricultura, a agroindústria cresceu e se modernizou, aumentando também o nível de exigência. A formação do Complexo Agroindustrial surge justamente desse estreitamento da relação indústria-agricultura. Com a industrialização da agricultura e o aprofundamento da divisão do trabalho, a agricultura torna-se um ramo da produção que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. Desta forma o processo de produção deixa de ser artesanal. Para Kageyama et al (1997, p. 122)

O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento.

Com a integração indústria e agricultura principalmente a partir de 1975, houve influências de capital interno e externo na dinâmica das atividades agrárias. A dependência das exportações para a expansão gerou uma dependência da modernização, para capacitar as importações a fim de poder se generalizar. Com a internalização da produção de insumos e máquinas, rompe este limite [...] daí a modernização da agricultura caminha com seus próprios pés e os limites agora são colocados por ela mesma, isto é, pelo próprio capital inserido na atividade agrícola (KAGEYAMA et al. p. 125).

Dentro da própria agricultura grupos e empresas passam a se interessar pelas atividades agrárias, enfraquecendo o poder de grupos que atuavam no campo e exigindo a participação do Estado como capitalista financeiro. A integração de capitais, que se deu através da fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários “[...] conjugada ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura.” (DELGADO, 2012, p. 29). Delgado apresenta como “inegável” a influência da política monetária e financeira do Estado, como poder de determinação da produção e da demanda final. Nesta perspectiva o Estado apresentava um projeto de “modernização” em vistas a um crescimento econômico. Para tanto foi aplicado um pacote tecnológico, que ficou conhecido com a Revolução Verde.

Dentro da perspectiva de desenvolvimento econômico deveria haver uma convergência ao desenvolvimento social do campo, que incluía melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais e o acesso à terra. Tal convergência não ocorreu, posto que o objetivo das medidas do Estado visava modernizar o campo como estratégia de crescimento econômico, refletindo como progresso e desenvolvimento e não incluía desenvolvimento humano. Reflexo da ausência de políticas sociais de desenvolvimento humano no campo, está os pequenos produtores, que forma os mais atingidos pelo Complexo Agroindustrial (CAI). Delgado (1985, p. 181), afirma que os

[...] Os exemplos mais notórios são os dos pequenos produtores, fornecedores da grande agroindústria nos ramos da pecuária, avicultura, fumiicultura, viticultura, suinocultura, fruticultura, etc., vinculados por distintas formas de relação comercial a grandes indústrias, com ou sem contratos específicos de assistência técnica e fornecimento de matérias primas e bens intermediários para essas indústrias.

A exclusão destes pequenos produtores do crescimento e “modernização” do meio rural causou a marginalização dessa figura no campo. Afinal a política de modernização visava lucros, que eram oferecidos pelos grandes capitais, o que não acontecia com os pequenos produtores. Graziano da Silva (2000, p. 94) afirma que: “[...] não há um futuro promissor para aquelas unidades de produção que até agora não conseguiram se modernizar e que se concentram (por isso mesmo) nos Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira regiões “periféricas” do País”.

Para o Estado, a modernidade no campo transformou a agricultura em um negócio rentável, regulado pelo lucro e pelo mercado mundial “[...] O *boom* das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes levou à adoção da expressão agronegócio ou da sua matriz *agribusiness* por associações de produtores e até pelos próprios empresários.” (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2009, p.4).

Nesta perspectiva, o agronegócio correspondia melhor a essas expectativas. Os investimentos do Estado no processo de modernização do campo, em menos de uma década começou a apresentar resultados, dentre eles, a produção de commodities.

O avanço do agronegócio sob o discurso de modernidade

Como grandes de lucros, o agronegócio, frente ao discurso de modernidade, como sinônimo de racionalização do processo produtivo capitalista no campo e conseqüentemente de “modernidade” ganha espaço no campo.

Houve de forma impactante e rápida a ocupação das fronteiras agrícolas, garantindo, portanto, a propriedade privada da terra. Para Graziano Silva (1981, p.118) a fronteira ocorreu em três planos, sendo eles social, econômico e político:

No plano social, [...] a fronteira representa uma orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. ... Quando a fronteira se “fecha”, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, muitos sem direção definida [...] No plano econômico, a fronteira era uma espécie de “armazém regulador” dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana [...] havia um suprimento do mercado nacional através escoamento dos “excedentes” da pequena produção, funcionando como estabilizador dos preços. Quando, entretanto, a fronteira se “fecha”, esse efeito de amortecimento tem de ser buscado na importação desses gêneros alimentícios e no tabelamento dos seus preços. No plano político, a fronteira tem sido a “válvula de escape” das tensões sociais no campo. [...] Quando a fronteira se “fecha”, acaba se tornando, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra [...].

É na perspectiva do plano político apresentado por Graziano Silva, que os conflitos por terra se apresentam. Considerando que após os anos de 1980 se intensificou a luta por terra e por Reforma Agrária. A nova realidade apresentada pelos processos e caminhos da modernização do campo, impulsionou a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e, posteriormente, a criação de movimentos camponeses que lutavam por terra e educação. No início dos anos de 1960 houve uma forte reação dos latifundiários ao avanço do movimento social pela reforma agrária. Esses movimentos estavam sendo apoiados por lideranças políticas, como os governadores Leonel Brizola (Rio de Janeiro) e Miguel Arraes (Pernambuco). Com o golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura, o processo de organização e avanços dos movimentos de luta pela terra foi interrompido, após terem suas organizações destruídas, lideranças perseguidas e assassinadas (RIBEIRO, 2010).

No final dos anos de 1970, os movimentos sociais populares retomam suas organizações “[...] quando se pode perceber, novamente a forte presença da Igreja e de partidos políticos de esquerda nesse processo.” (RIBEIRO, 2010, p. 33). Em janeiro de 1984 aconteceu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em Cascavel no Paraná, sendo fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para Carlos Rojas (2011), a luta por terra, concebida em suas vastas dimensões, como luta e defesa do território não é somente uma disputa por solo, mas também pelo uso, gestão, administração, reprodução e manutenção em geral.

Na contramão das lutas sociais pela terra, vários programas governamentais foram criados para fortalecer o agronegócio no Brasil introduzindo melhores infraestruturas e, favorecendo a produção agrícola. Dentre eles podemos destacar: O Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados, O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil. Nas regiões do cerrado foram criados o Prodecet e o Polocentro.

A expansão do agronegócio incentivado pelo Estado, chega a boa parte das regiões do Brasil. Para Thomaz Jr (2010, p. 7),

[...] Esse processo recente de expansão do agronegócio, que se consolida em praticamente todos os biomas brasileiros, se fortalece com intensidade no Cerrado, na Amazônia e também em algumas áreas do Semi-Árido do Nordeste, concilia interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, portanto a produção de produtos para exportação (*commodities*), tais como a soja, milho, algodão, eucalipto e mais recentemente o álcool de cana-de-açúcar, o fortalecimento da pecuária em grandes extensões de terra, a verticalização das granjas (suínos, frangos). Atualmente, vincula-se também, de forma direta ou consorciada, a outros grupos econômicos, aos negócios da construção de barragens e hidrelétricas.

O avanço do agronegócio sobre os biomas brasileiros além de preocupante, traz a tona o processo de mercantilização da natureza. A posse da terra e da água como apresentado por Thomaz Jr (2010), empodera o capital e reflete diretamente na população, pois compromete reforma agrária e a soberania alimentar.

Nas regiões de Cerrado, os programas que representaram maior impacto sobre o crescimento da agricultura foram: o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que durou de 1975 a 1982 e tinha como um dos focos transformar a agricultura de subsistência em uma agricultura empresarial, isto devido ao incentivo à pesquisa agrônômica, e ainda, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que foi idealizado em 1974 pelo governo brasileiro e japonês, implementado em 1978 e ainda vigente no país. O principal objetivo era desenvolver e estimular a implantação de uma agricultura moderna, eficiente e empresarial de médio porte. O POLOCENTRO impulsionou a modernização da agricultura no Cerrado, movimentando o capital na região do cerrado.

[...] aprovou 3.373 projetos de desenvolvimento agrário em sua área de atuação, num total de cerca de US\$ 577 milhões até o ano de 1982, período no qual o programa esteve em vigor. Dos beneficiários, 81% operavam em propriedades com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do volume total de crédito do programa. As propriedades acima de 1.000 hectares representaram 39% do número total de projetos e absorveram 60% dos recursos totais do programa (MATOS; SALAZAR, 2011, p.17).

De acordo com Gobbi; Cleps Junior; Pessoa (2003, p.77),

[...] Nessas três décadas (1970/80/90) de intensa ocupação desordenada, primeiro pela pecuária extensiva com o apoio de culturas financiadas como o arroz e, depois, pelas grandes culturas de grãos (soja e milho), com incentivos de grandes projetos de desenvolvimento como o POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de desenvolvimento dos Cerrados, num ecossistema reconhecidamente frágil, o que se constatou foram grandes danos ambientais para essa região.

A ocupação do Cerrado ocorreu principalmente devido a arranjos institucionais que visavam a especulação. Para tanto se criou condições de ocupação da região e abertura de frentes agrícolas. De acordo com Belik et al (2007, p. 132)

[...] Na década de 1980, após a consolidação do plantio de soja no cerrado brasileiro e nos estados vizinhos da Bahia e Maranhão, criou-se um outro conjunto de arranjos institucionais, que se materializaram em um novo Fundo de Incentivos (fne). Esses incentivos combinados com a elevada demanda de soja propiciaram a ocupação altamente produtiva da região.

A soja foi a cultura que mais se expandiu durante a modernização da agricultura no Brasil, até mesmo por ter o favorecimento dos preços internacionais. Com o desenvolvimento de novas tecnologias implementadas nas regiões de Cerrado e com o apoio da EMBRAPA, a soja chegou a apresentar um crescimento de 1300,2%, tendo menor crescimento na década de 1990, voltando a crescer nos próximos anos. (MDIC/Ícone, 2003).

No final do século XX, a biotecnologia traz um elemento a mais para reforçar o agronegócio: os transgênicos. Resultado do avanço da engenharia genética, com vistas a gerar produtividade e menor custo de produção. A semente transgênica gera polêmica em torno da discussão dos impactos que ela pode causar ao meio ambiente à saúde de quem consome. A soberania alimentar se vê ameaçada frente ao avanço dos transgênicos, ao passo que a agricultura familiar não é beneficiada com as culturas transgênicas. Apesar de estudos realizados pela EMBRAPA sobre a segurança das sementes transgênicas, há empresas multinacionais como a Monsanto e a Syngenta que monopolizam a produção, patentiando e cobrando royalties. Para a Embrapa (2000) o produtor só tem a ganhar com a tecnologia de

plantas transgênicas, por reduzirem custos de produção, terem facilidade no manejo, devido ao controle de pragas e o aumento da produtividade. A valorização do uso das sementes transgênicas, é mascarada por pesquisas realizadas muitas vezes com parcerias internacionais, com empresas que monopolizam o segmento e visam sempre a intensificação dos efeitos químicos.

Em oposição à mercantilização da terra, está a luta pela Soberania Alimentar, que se torna possível dentro da perspectiva da Agricultura Familiar. Segundo as análises de Sauer (2008, p. 11),

A Apropriação das noções de agronegócio e agricultura familiar, no início dos anos 1990 no Brasil, é expressão de uma disputa política resultante da situação fundiária, especialmente após a adoção do aparato da Revolução Verde, classificado por muitos teóricos como um “processo de modernização conservadora” do campo brasileiro. Para além de uma simples disputa conceitual, essa apropriação explicita processos políticos de resistência e luta, principalmente pelo acesso a terra por milhões de produtores familiares.

Para além das disputas políticas, Sauer (2008) chama atenção para o uso dos termos agronegócio e agricultura familiar, considerando que são termos que iniciaram sua conceituação nos anos de 1990. Para o autor,

[...] a compreensão dos processos históricos de constituição da propriedade fundiária e a implantação do modelo agropecuário são fundamentais para entender a construção e/ou apropriação de noções e categoria como agronegócio e agricultura familiar camponesa. (SAUER, 2008, p. 38).

A modernidade e o avanço tecnológico nos processos produtivos, também perpassam por essas duas categorias Agronegócio x Agricultura camponesa. Sauer (2008) destaca a importância de se pensar economicamente uma Reforma agrária, como parte de um processo modernizador do campo na direção de um desenvolvimento sustentável por meio de viabilizar economicamente a agricultura familiar, tal como se fez com a agricultura patronal.

Considerações finais

Nessa perspectiva de desenvolvimento tecnológico que se fez a agricultura brasileira nas últimas décadas, um processo de modernização e industrialização do campo, que excluiu os pequenos produtores do meio rural, marginalizando essa figura do campo, posto que a política de modernização visava lucros e o pequeno produtor não era capaz de subsidiar esses investimentos.

Diante da nova realidade, se impulsionou a organização desses trabalhadores em sindicatos e movimentos de luta pela terra. Em quase cinco décadas, o que se apresenta por ora é a lógica do capital que está posta pelo Agronegócio em embate com a luta por terra e por soberania alimentar representada pelos movimentos sociais de luta pela terra.

REFERÊNCIAS

BELIK, W.; PAULINO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 95-121.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre-Editora da UFRGS, 2012.

_____. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1985.

EMBRAPA. **O que são plantas transgênicas?** Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br>>. Acesso em: 9 de dezembro de 2016.

GOBBI, W. A. de O.; CLEPS JUNIOR, J.; PESSÔA, V. L. S. O processo de gestão das águas e a questão ambiental na bacia do Rio Araguari. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.6, p. 74-93, set.2003. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10132/6001>> Acesso em: 18 de maio de 2018

GRAZIANO DA SILVA J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRAZIANO, J. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEREDIA B., PALMEIRA M., LEITE S. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. In: **Anais...** 33. Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1997. p.113-223.

MATOS, P.F., SALAZAR, P. V.L. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território**. Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322 - ISSN 1981-9021.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estatística**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/> Acesso em: 01 de maio de 2018.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROJAS, C. A. A. Los movimientos Antisistemicos de America Latina y su lucha por la tierra em el siglo XXI. In: SAQUET, M. A., SUZUKI, J.C, MARAFON, J. (org) **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.p. 343-364.

SAUER, S. **Agricultura versus agronegócio**: a dinâmica socio-política do campo brasileiro. Brasília-DF: Embrapa- Informação Tecnológica, 2008.

Recebido em: 16/05/2018

Aceito para publicação em: 12/07/2018